

# O grupo como dispositivo ético, estético e político de governo de si e dos outros.

*The group as an ethical, aesthetic and political device for governing oneself and others*

**Flávia Cristina Silveira Lemos, Manoel Ribeiro de Moraes Júnior**

## Resumo

Este artigo pensa o grupo como dispositivo de saber, de poder e de subjetivação em que as linhas de fuga são forças múltiplas de tensão das forças em dobras provisórias. O texto é um ensaio de análise da agonística permanente do governo de si e dos outros em que ver e dizer não se confunde com o sujeito e o grupo, mas passa a ser ressonâncias de uma coragem da verdade na parrhesia como tática de modos de vida éticos, estéticos e políticos. Trabalha-se com um plano de forças se torna singular de diagramas e rizomas. O grupo não tem essência nem se faz como aparência de uma suposta unidade de assujeitamento enraizado. A estilística da existência processual é efeito do grupo dispositivo pelo cuidado da cidade em entremeios com o cuidado de si. Aborda-se a perspectiva do grupo como comum de individuações que são agenciamentos enunciativos coletivos do desejo.

## Palavras-chave

Grupo; Ética; Estética; Política; Multiplicidade

## Abstract

*This article considers the group as a device of knowledge, power and subjectivation in which the lines of flight are multiple forces of tension of the forces in provisional folds. The text is an essay analyzing the permanent agonistic nature of governing oneself and others in which seeing and saying are not confused with the subject and the group, but become resonances of a courage of truth in parrhesia as a tactic of ways of life ethical, aesthetic and political. Working with a plane of forces becomes singular from diagrams and rhizomes. The group has no essence nor is it the appearance of a supposed unity of rooted subjection. The stylistics of procedural existence is the effect of the dispositive group for the care of the city intertwined with the care of oneself. The perspective of the group is approached as a common group of individuations that are collective enunciative assemblages of desire..*

## Keywords

Group; Ethic; Aesthetics; Policy; Multiplicity

## Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Federal do Pará

Professora Associada de psicologia Social da Universidade Federal do Pará.

[flavialemos@ufpa.br](mailto:flavialemos@ufpa.br)

## Manoel Ribeiro de Moraes Júnior

Universidade Estadual do Pará

Professor Adjunto de Ciências da Religião da Universidade Estadual do Pará.

[manoelmoraes@uepa.br](mailto:manoelmoraes@uepa.br)

## Introdução

Pretende-se neste artigo abordar, em um primeiro momento, a importância do grupo como dispositivo de cuidado ético, estético e político que produz ressonâncias e feitos, em um diagrama de forças entrecruzadas de práticas de saber, de poder e de subjetivação.

Para pensar o grupo como dispositivo é fundamental sair do plano do ser estruturado pela linguagem que faz do coletivo uma soma de performances linguísticas organizadas pela fantasia grupal. Afinal, a subjetividade e os enunciados coletivos não são objetos prévios da palavra como a priori do pensamento. Deste modo, Foucault chegou a afirmar: “[...] meu objeto não é a linguagem, mas o arquivo, ou seja, a existência acumulada de discursos” (2005, p. 72).

Um segundo aspecto é a definição do grupo como dobra de forças e processos de conexão-agenciamentos que faz pulsar movimentos instituintes e descolonizadores do modo indivíduo de ser, afinal, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

Ora, se definirmos um dispositivo como um emaranhado de linhas, como definir a cartografia em seus modos de efetuar as práticas de saber, de poder e de subjetivação do grupo como diagrama? Com efeito, trata-se de:

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 2015, p. 01).

Todavia, o grupo pode ser institucionalizado e se enrijecer a ponto de se tornar o que Guattari denominou de grupelho microfascista. Terceiro, apresenta-se o grupo como um dispositivo de governamentalidade, o qual atualiza forças, em agonística que podem deslizar entre campos variados e variáveis da fabricação do desejo. Por fim, analisa-se o grupo como articulação da educação na filosofia da diferença em termos de produção da subjetividade no plano ético, estético e político.

## O grupo como dispositivo de saber, de poder e subjetivação

O grupo atualiza forças e desterritorializa subjetividades, gera efeitos-dobras de si e linhas de fuga em uma micropolítica da produção desejante. Um território de existência é formado como maneira de ser, de sentir, de pensar, de agir, de viver, de se relacionar e de pensar.

O grupo forja saberes, cria modos de vida, atualiza práticas sociais, transvalora experiências, rompe com dominações e opressões, descoloniza maneiras de existir, aciona uma agência do comum. De acordo com Guattari (1985), o grupo sujeito se torna um dispositivo ético, estético e político, de transformação micropolítica inventiva em que a autoria e a prática não são de um grupo como coleção de pessoas em escala reduzida do macro, pois:

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 2015, p. 01).

O diagrama de forças está constituído por práticas de saber, de poder e subjetivação que são fazeres de insurreição dos saberes sujeitados quando fabricados por grupos sujeito; mas, se forem sujeitados se tornam instrumentos de controle social e passam a ser submetidos a toda sorte de manipulação e utilitarismos. Assim, as práticas concretas são fábricas de modos de vida no cotidiano, em um governo de si e dos outros, às quais operam experiências agonísticas, materializadas em tensões múltiplas.

A multiplicidade das práticas faz do grupo uma dobra provisória do fora que se territorializa na molaridade do devir que se fez cartografia dos saberes e subjetividades inventadas na atualidade do molecular (DELEUZE ; GUATTARI, 1995).

O território de existência é resultado de processualidades como um grupo-agência conectivo do comum de individualizações constantes, de enunciações rizomáticas que ganham passagem nas linhas de fuga centrífugas emaranhadas nos movimentos centrípetos (DELEUZE, 1992).

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades. (DELEUZE ; GUATTARI, 2011, p. 43)

Ora, o território do grupo não se separa das desterritorializações que acontecem como problematizações singulares dos modos de produção das subjetividades. Entre o ver e o dizer, entre a visibilidade e a dizibilidade há um entremeio, um pensar sem imagens e sem palavras prévias, porque trata-se da raridade acontecimental.

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada. (FOUCAULT, 2016, p. 73)

Deleuze (2005) delinea que o diagrama tem linhas de saber, de poder e de subjetivação entrecruzadas a serem cartografadas como plano de composição acontecimental. Por isto, segundo Prado Filho e Teti, analisa-se que a cartografia:

[...] é um dos focos centrais e estratégicos da análise cartográfica, implicando uma atenção especial a jogos de verdade e de enunciação, jogos de objetivação e subjetivação, modos de sujeição e assujeitamento, produção de corpos morais, sexuais, produtivos, estetizações e produções de si mesmo, formas de resistência, práticas de liberdade, o que faz dela um instrumento para as ciências de radical psi. (2013, p. 56)

O grupo não é um sujeito ou uma unidade, também não é uma entidade ou uma substância. Fazer grupo é estilizar a existência por meio de uma história política da verdade que não reivindica o ser da linguagem ou a consciência grupal nem uma fantasmática grupal-comunitária-institucional-organizacional, pois, o plano de composição é imanência e não essência (DELEUZE ; GUATTARI, 2013).

O governo de si e dos outros não é uma governamentalidade da sociedade como soma de indivíduos reunidos na estatização da existência. Neste sentido, não é uma representação grupal de indivíduos abstratos nem reunião jurídica de uma soberania do Estado. Para Foucault (1995), governar é modular e prescrever condutas sem formar uma unidade resultante da adição de pessoas em uma articulação de interesses e intencionalidades.

Governar como tensão é efetuação do comum na individuação do agenciamento coletivo do desejo maquinado em conexões e não em interioridades subjetivas de um eu ou de um grupo em uma dinâmica psíquica e/ou de uma consciência individual ou coletiva.

O comum agonístico realiza-se por um acaso das forças em tensão, em luta, em gládio, em disputa que podem compor alianças e agências de ação sobre ação sem fechar-se em uma sociedade ou em indivíduos e pessoalidades (FOUCAULT, 2008).

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de desterritorialização que o impelem (DELEUZE ; GUATTARI, 1995, p.29)

A posição de sujeito se desloca nas governamentalidades dos usos de si em tecnologias de enunciação do desejo como máquina de produção de realidades, assim “um mesmo enunciado pode ter várias posições, vários lugares de sujeito” (DELEUZE, 2005, p. 19). O discurso não é a verdade de um sujeito, pois não visa a um objeto com intencionalidade, na medida em que “o espaço correlativo é a ordem discursiva dos lugares ou posições dos sujeitos, dos objetos e dos conceitos numa família de enunciados” (DELEUZE, 2005, p. 20-1).

## Governamentalidade e o dispositivo grupo

O governo das condutas em um comum das forças múltiplas implica em subjetivações de saberes e poderes em campos de heterogênesse, de singularizações processuais das condutas colocadas em uma maquinaria da fabricação do coletivo como socius desterritorializado e reterritorializado sem colar-se em um quadro interpretativo e estagnado de guerra das interpretações.

A micropolítica e a macropolítica não são entidades e não estão em relação de verticalidade e/ou horizontalidade. Micro e macro são unidades a serem desfeitas da noção de sujeito coletivo investido de um pequeno grupo e/ou de uma ideia de união de grupos por meio do conceito de sociedade. O social é efeito do socius, desejo maquinado, após um enquadramento pelo assujeitamento coletivo do desejo como unidade de corpos e modos de vida.

Acontece, raramente, de um psicanalista e um militante se encontrarem na mesma pessoa, e ao invés de permanecerem fechados, de encontrar justificativas para permanecerem fechados em si mesmos, eles não cessam de se misturar, de interferir, de comunicar, de tomar-se um pelo outro. É um acontecimento muito raro desde Reich. Pierre-Félix Guattari não se deixa ocupar com o problema da unidade do Eu. O eu faz parte dessas coisas que é preferível dissolver, sob o assalto conjugado de forças políticas e analíticas. A palavra de Guattari “nós somos todos grupelhos”, marca bem a busca por uma

nova subjetividade, subjetividade de grupo que não se deixa enclausurar em um todo pronto para reconstruir um eu, ou pior ainda um super-eu, mas se estende por diversos grupos ao mesmo tempo, divisíveis, multiplicáveis, comunicantes e sempre revogáveis. O critério de um bom grupo é que ele não sonha ser único, imortal e significativo, como um sindicato de defesa ou segurança, como um ministério de antigos combatentes, mas se liga a um fora que o confronta com possibilidades de non-sens, de morte e de explosão, “dada a sua abertura para outros grupos”. O indivíduo, por sua vez, é um tal grupo. (DELEUZE. In: GUATTARI, 1974, p. 1).

Micro e macro se tornam denominações de entidades alineadas em linhas duras de enrijecimento centrípeto do desejo. Território não uma agência geográfica tradicional de terra cercada e de propriedade adquirida com o capital ou ainda uma esfera de soberania jurídica do Estado como demarcada por fronteiras e pelas meta-sínteses de bandeira, língua, lugares, leis, normas, currículos, subjetividades, verdades e formas fixas de política econômica delimitada por planos e cultura-folclore reproduzidos.

A esse respeito, um desconhecimento dogmático foi mantido por numerosos teóricos, reforçando um obreirismo e um corporativismo que desnaturalizaram e desfavoreceram profundamente os movimentos de emancipação anticapitalistas dessas últimas décadas (GUATTARI, 2009, p. 32).

O capitalismo mundial integrado e o sistema jurídico dos Estados Democráticos de Direito tentam responsabilizar e tornar capitais afetos, sentimentos, pensamentos, relações de cuidado, ações coletivas, lutas cotidianas e modos de vida como expropriação subjetiva e capital social (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Desde que o grupo se torna sujeito de seu destino, assim que ele assume sua própria finitude, sua própria morte, então os dados de acolhimento do super-eu são modificados, o solo do complexo de castração, específico de uma ordem social dada, pode ser localmente modificado. Estamos em um grupo não para nos escondermos do desejo e da morte, engajados em um processo coletivo de obsessionalização, mas em razão de um problema particular, não pela eternidade, mas a título transitório: é o que chamei de estrutura de transversalidade. (GUATTARI, 1985, p. 54).

O grupo dispositivo quando se torna instituído e naturalizado perde a dimensão agonística e passa a ser controle de fluxos e expropriação do desejo, tornando-o capital intangível para fazer do grupo capital e homogeneidade da existência coletiva. Um grupo dispositivo não é um conjunto numérico, mas um devir minoritário de fazer-se comum sem criar-se pela unidade de jogos de ver e de falar permanentes colados na representação por soberanias de ser pessoa, indivíduo, consciência e sujeito coletivo (GUATTARI, 1992).

Tecer coletivo como agenciamento do desejo é produzir diferença em ato pelas bordas e pela diagonal das forças, não se subsumindo as práticas discursivas e não discursivas à militância fechada em identidades serializadas ou a grupelhos extremistas de cancelamento e perseguição microfascistas ou ainda a grupos assujeitados pela dinâmica organizacional.

## **Considerações finais: o grupo dispositivo como agonística do governo de si e da cidade**

Agenciar dobras é criar o pensamento como diferença problematizadora do governo de si e da cidade enquanto potência inventiva da

subjetividade que não se cola ao sujeito e à sociedade. Faz-se uma estilística da existência pelo problematizar nas tramas da conexão insólita do desejo que se efetua pelo comum como potência no grau zero da vida.

Trata-se de introduzir como artifício “o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo” (1979, p. 28). Assim, o tempo é devir de forças. Neste aspecto, “o tempo é heterogêneo antes de ser sucessivo” (ZOURABICHVILI, 2016, p. 99).

A lógica de um pensamento não é sistema racional em equilíbrio. Mesmo a linguagem parecia à Foucault um sistema longe do equilíbrio, ao inverso dos linguistas. A lógica de um pensamento é como um vento que nos impele, uma série de rajadas e de abalos. Pensava-se estar no porto e de novo se é lançado em alto mar, como dizia Leibniz. É eminentemente o caso de Foucault (DELEUZE, 1992, p. 122).

Logo, pensar é fazer uma história problematizadora pelo grupo dispositivo operador do pensar como governo de si e da cidade pela via dos acontecimentos insólitos de uma governamentalidade crítica, em que o comum não é uma esfera ou um grupo enquanto dinâmica das relações sociais interiorizadas.

Os enunciados no comum da imanência das práticas de governo de si e da cidade podem “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria” (FOUCAULT, 1979, p. 21) e, assim, criar zonas de coexistência da subjetividade descentralizada da soberania do eu, portanto, da formação de grupos como interioridades dos coletivos como soma e adição de interioridades, na dinâmica da ação coletiva de um microcosmo e/ou de uma microssociologia e de uma psicossociologia.

Em uma entrevista de Foucault a Paul Rabinow (2010), Foucault respondeu:

Durante muito tempo, procurei saber se é possível caracterizar a história do pensamento, distinguindo-a da história das ideias, ou seja, da análise dos sistemas de representação, e da história das mentalidades, isto é, da análise das atitudes e dos esquemas de comportamento. Pareceu-me que existisse um elemento capaz de caracterizar a história do pensamento: poder-se-ia chamá-lo os problemas ou, mais exatamente, as problematizações. O que distingue o pensamento é o fato de se tratar de algo completamente diferente do conjunto das representações que subjazem a um comportamento; é, ao mesmo tempo, completamente diverso do âmbito das atitudes que podem determiná-lo. O pensamento não é o que habita uma conduta e lhe dá sentido; é antes o que permite tomar distância com relação a este modo de agir ou de reagir, de assumir como objeto de pensamento e de questionar seu sentido, as suas condições e os seus objetivos. O pensamento é a liberdade com respeito àquilo que se faz, o movimento com que nos sapáramos daquilo que fazemos, com que o constituímos como objeto e o pensamos como problema. (2010, p. 23)

Pergunta-se a respeito da história acontecimental para deslocar-se de onde se estava e não se encontrar onde se achava antes, ou seja, não se trata de fazer uma “repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e de posições, a mesma relação com um meio instituído” (DELEUZE, 2005, p. 22).

A tensão agonística da governamentalidade é relação de práticas de saber, de subjetivação e de poder-governo de si e dos outros na atitude crítica do presente pela ontologia histórica de nós mesmos. O objeto e a subjetividade são agenciamentos e não substâncias prévias. “Há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de

diagrama” (DELEUZE, 2005, p. 51). “O objeto se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história” (VEYNE, 1998, p. 257).

Portanto, a atitude crítica pressupõe uma prática genealógica na analítica do governo de si e da cidade. A governamentalidade como agonística é uma ontologia histórica de nós mesmos, em que o pensamento se faz pelo governo como uma atitude crítica dos:

[...] processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há de um lado, as formas de rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle (FOUCAULT, 2004, p. 66).

Concluindo, a governamentalidade do processo de subjetivação, das análises de saber e de governamentalidade das práticas implicam em uma analítica do tempo nas ações coletivas do comum que são formadas por uma “heterogeneidade ou a divergência de pontos de vista só se afirma como tal no curso de um devir” (ZOURABICHVILI, 2016, p. 131).

## Sobre o artigo

Recebido: 07/04/2023

Aceito: 11/5/2023

## Referências bibliográficas

- BATISTA, Antonio Augusto Gomes. “Capacidades lingüísticas: alfabetização e letramento”. In **Pró-Letramento Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Alfabetização e Linguagem**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- BORGATTO, Ana Maria Trinconi. **Tudo é linguagem: manual do professor**. São Paulo: Ática, 2006.
- COLEÇÃO **Clássicos Infantis**. São Paulo: Moderna, 1996.
- DARDOT, P. ; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo, Boitempo, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Tradução Cláudia Sant’Anna Martins. São Paula: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs vol. 4**. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia. Volume 1**. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FERREIRA, Sandra Lúcia. “Introduzindo a noção de interdisciplinaridade”. In FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 1991.

- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2011.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2009.
- GUATTARI, F. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1985.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEMONS, F. C. S. ; CARDOSO JR., H. R. A Genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia e Sociedade**, vol. 21, p. 353-357, nº 3. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em 15 out. 2013.
- MACHADO, R. **Deleuze. Arte e Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- PASSOS, E.; BARROS, R. D. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.
- PRADO FILHO, K. ; TETI, M. M. (2013). A Cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, n. 38, p.45-59, jan./jun.
- SARAIVA, Juracy Assmann. **Literatura e alfabetização. Do plano do choro ao plano da ação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- SCIESZKA, Jon. **A verdadeira história dos três porquinhos!**, trad. Pedro Maia, 2. ed. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2005.
- VEYNE, P. **Como se escreve a História**. Brasília: UNB, 1998.
- ZOURABICHVILI, F. **O vocabulário de Deleuze**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação, 2004.